

Demonstrações financeiras

Norte Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com relatório do auditor independente

Norte Energia S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de Dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balço patrimonial	7
Demonstração de resultados	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Demonstração do valor adicionado.....	13
1. Informações gerais.....	14
2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis.....	16
3. Estimativas e julgamentos contábeis.....	25
4. Caixa e equivalentes de caixa	28
5. Contas a receber de clientes.....	29
6. Tributos a recuperar	30
7. Despesas antecipadas	30
8. Instrumento financeiro derivativo.....	31
9. Imobilizado.....	31
10. Intangível	35
11. Depósitos judiciais e cauções.....	38
12. Outros créditos.....	39
13. Fornecedores.....	39
14. Outras contas a pagar.....	40
15. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	41
16. Empréstimos e financiamentos.....	44
17. Partes relacionadas.....	49
18. Provisões socioambientais	51
19. Adiantamento de clientes	53
20. Patrimônio líquido.....	54
21. Receita operacional líquida	58

22. Custos de venda de energia.....	58
23. Custos de operação	59
24. (Despesas) receitas operacionais	59
25. Resultado financeiro, líquido	60
26. Imposto de renda e contribuição social	61
27. Instrumentos financeiros	65
28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	69
29. Cobertura de seguros.....	72
30. Compromissos	74
31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos.....	77

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Norte Energia S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperação do valor de ativos intangíveis e imobilizados (*impairment*)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que ativos imobilizados e/ou intangíveis de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as notas explicativas 2.19, 3.1.3, 9 e 10 às demonstrações financeiras, os saldos de ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2019, cujos valores totais montam em R\$ 43.279.924 mil, foram sujeitos ao teste de valor recuperável (*impairment*). Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas: (i) avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1) e IAS 36; (ii) avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso; (iii) realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e contingências passivas

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.11 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas cíveis, fiscais, trabalhistas, bem como arbitrais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requer significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das Provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a Companhia nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas utilizadas pela Companhia com aquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação as estimativas de perda; (ii) avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas por meio de amostragem e análise dos dados e informações históricas; e (iii) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões de natureza socioambientais

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.11, 3.1.4 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrada provisão de natureza socioambiental proveniente da implantação do empreendimento UHE Belo Monte. O reconhecimento, mensuração e divulgação dos projetos de natureza socioambientais são relevantes e complexos e requerem significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os compromissos foram sendo assumidos perante terceiros. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de identificação, mensuração e divulgação das Provisões de natureza socioambientais, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos o entendimento da política de reconhecimento dos projetos de natureza socioambientais e da mensuração dos desembolsos prováveis futuros; (ii) obtivemos a composição dos projetos socioambientais e com o apoio de especialistas em sustentabilidade avaliamos o respectivo compromisso assumido e presente da Companhia, por meio de amostragem; (iii) com o apoio de especialistas, avaliamos a adequação da mensuração e suficiência da provisão socioambiental, por meio de amostragem, quanto às premissas utilizadas pela Companhia nos cálculos efetuados e os respectivos registros contábeis; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 31 às demonstrações financeiras, atualmente encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de janeiro de 2020.

Norte Energia S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	194.147	85.993
Aplicações financeiras		30	6.189
Contas a receber de clientes	5	638.593	570.959
Tributos a recuperar	6	190.280	147.323
Despesas antecipadas	7	44.863	28.657
Instrumento financeiro derivativo	8	-	19.911
Depósitos judiciais e cauções	11	-	1.552
Outros créditos	12	34.702	16.281
Total do ativo circulante		<u>1.102.615</u>	<u>876.865</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	1.739	23.173
Tributos a recuperar	6	102.799	-
Depósitos judiciais e cauções	11	547.522	738.998
Outros créditos	12	5.161	3.834
Imobilizado	9	42.856.054	41.511.052
Intangível	10	423.870	438.425
Total do ativo não circulante		<u>43.937.145</u>	<u>42.715.482</u>
Total do ativo		<u>45.039.760</u>	<u>43.592.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	619.857	491.608
Empréstimos e financiamentos	16	2.860.815	2.389.264
Adiantamento de clientes	19	183.336	-
Partes relacionadas	17	28.772	13.712
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15	26.172	11.189
Uso do bem público (UBP)	10.3	90.347	89.365
Provisões socioambientais	18	397.703	399.451
Outras contas a pagar	14	205.112	244.664
Total do passivo circulante		<u>4.412.114</u>	<u>3.639.253</u>
Não circulante			
Fornecedores	13	195	207
Empréstimos e financiamentos	16	25.218.056	25.560.954
Uso do bem público (UBP)	10.3	329.985	344.666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.c	101.166	100.222
Provisões socioambientais	18	925.467	475.692
Outras contas a pagar	14	21.196	-
Total do passivo não circulante		<u>26.596.065</u>	<u>26.481.741</u>
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	20	13.360.658	13.010.058
Reserva legal		33.546	23.065
Reserva de incentivo fiscal		184.088	169.579
Reserva de retenção de lucros		339.966	67.163
Reserva especial de dividendos não distribuídos		113.323	201.488
Total do patrimônio líquido		<u>14.031.581</u>	<u>13.471.353</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>45.039.760</u>	<u>43.592.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	21	<u>4.214.481</u>	<u>4.256.828</u>
Custos dos serviços:			
Custos de venda de energia	22	<u>(893.609)</u>	<u>(506.625)</u>
Custos de operação	23	<u>(1.518.104)</u>	<u>(1.161.557)</u>
		<u>(2.411.713)</u>	<u>(1.668.182)</u>
Lucro bruto		<u>1.802.768</u>	<u>2.588.646</u>
(Despesas) receitas operacionais:			
Administrativas		<u>(116.879)</u>	<u>(98.741)</u>
Depreciação e amortização		<u>(4.059)</u>	<u>(2.685)</u>
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>168.384</u>	<u>-</u>
	24	<u>47.446</u>	<u>(101.426)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>1.850.214</u>	<u>2.487.220</u>
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		<u>51.962</u>	<u>140.201</u>
Despesas financeiras		<u>(1.691.603)</u>	<u>(1.251.094)</u>
	25	<u>(1.639.641)</u>	<u>(1.110.893)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>210.573</u>	<u>1.376.327</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.a	<u>(945)</u>	<u>(302.271)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>209.628</u>	<u>1.074.056</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	20.2.6	<u>0,0156</u>	<u>0,0820</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	209.628	1.074.056
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>209.628</u>	<u>1.074.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.458.000	(292.142)	12.165.858	(612.761)	-	-	-	-	11.553.097
Subscrição e integralização de capital social	938.000	(93.800)	844.200	-	-	-	-	-	844.200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.074.056	-	-	-	-	1.074.056
Constituição de reserva legal	-	-	-	(23.065)	23.065	-	-	-	-
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	(67.163)	-	67.163	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	(169.579)	-	-	169.579	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(201.488)	-	-	-	201.488	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.396.000	(385.942)	13.010.058	-	23.065	67.163	169.579	201.488	13.471.353
Subscrição e integralização de capital social	-	350.600	350.600	-	-	-	-	-	350.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	209.628	-	-	-	-	209.628
Constituição de reserva legal (nota 20.2.1)	-	-	-	(10.481)	10.481	-	-	-	-
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 20.2.3)	-	-	-	(46.160)	-	46.160	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (nota 20.2.2)	-	-	-	(14.509)	-	-	14.509	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 20.2.4)	-	-	-	(138.478)	-	-	-	138.478	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.396.000	35.342	13.360.658	-	33.546	113.323	184.088	339.966	14.031.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	210.573	1.376.327
Ajustes do lucro de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização	1.121.301	710.381
(Provisão) / Reversões	(25.269)	1.664
Reversão de perdas líquidas	(168.384)	-
Resultado líquido na baixa de ativo imobilizado	-	145
Provisões	11.776	-
Resultado financeiro	1.639.220	1.165.919
Instrumento financeiro derivativo	-	(19.911)
Resultado ajustado	<u>2.789.217</u>	<u>3.234.525</u>
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:		
Contas a receber de clientes	(71.475)	(186.689)
Tributos	(122.475)	97.143
Despesas antecipadas	(10.605)	27.623
Cauções	217.178	(136.669)
Outros créditos	(19.736)	(12.163)
Fornecedores - materiais e serviços em geral	(43.772)	(608.183)
Outras contas a pagar e provisão socioambiental	(194.688)	(153.280)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.543.644</u>	<u>2.262.307</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Aumento de imobilizado (excluindo juros capitalizados, fornecedores e seguros não liquidados)	(738.973)	(1.414.208)
Aumento de ativos intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	(2.486)	(8.068)
Aplicações financeiras, líquidas	7.280	6.857
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(734.179)</u>	<u>(1.415.419)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(2.248.618)	(1.711.757)
Integralização de capital	350.600	844.200
Captação de empréstimos - Nota promissória	300.000	-
Instrumento financeiro derivativo	(103.293)	100.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.701.311)</u>	<u>(767.557)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>108.154</u>	<u>79.331</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85.993	6.662
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	194.147	85.993
Itens com efeito não caixa	<u>1.305.945</u>	<u>2.021.201</u>
Juros capitalizados (imobilizado)	550.693	1.156.811
Fornecedores não liquidados (imobilizado)	(133.204)	(90.741)
Apropriação de seguros da obra (imobilizado)	(142.313)	-
Provisões para demandas judiciais capitalizadas (imobilizado)	3.208	-
Reversão provisão adiantamento a fornecedores (imobilizado)	171.724	-
Arrendamento mercantil – IFRS 16 (imobilizado)	4.375	-
Seguros não liquidados	45.395	-
Provisão socioambiental capitalizada (imobilizado)	806.067	955.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional bruta	4.895.925	4.891.941
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(893.609)	(506.625)
Material	(4.141)	(2.161)
Serviços de terceiros	(74.905)	(115.397)
Outros insumos	(210.609)	(382.125)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(1.121.301)	(710.381)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	51.962	140.201
Outros resultados operacionais	591	707
Valor adicionado a distribuir	<u>2.643.913</u>	<u>3.316.160</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos (com remuneração dos administradores)	55.988	49.333
Impostos, taxas e contribuições:		
Dedução à receita operacional	512.877	516.628
Taxa de fiscalização	25.322	14.993
Utilização de recursos hídricos	143.245	103.492
Crédito (débito) fiscal diferido	945	302.271
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	4.305	4.293
Despesa financeira	1.691.603	1.251.094
Lucros retidos	209.628	1.074.056
Valor adicionado distribuído	<u>2.643.913</u>	<u>3.316.160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A Norte Energia S.A. (“Companhia” ou “Norte Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010. A Companhia é controlada em conjunto (“*joint venture*”) por meio de Acordo de Acionistas (“Acordo”), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no Setor Comercial Norte, quadra 4, bloco B, salas 904 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasília - DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União, através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado (“ACR”), 10% aos autoprodutores (“APE”) e 20% ao mercado livre (“ACL”).

Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) concedeu Licença de Instalação (“LI”), contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada d’água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes.

A LI acima mencionada compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as subestações Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associadas à construção das obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Companhia obteve a emissão da Licença de Operação (“LO”), em 24 de novembro de 2015, junto ao IBAMA com vigência de seis anos, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina. A Companhia tem mantido gestões junto ao IBAMA, ANA, IPHAN e FUNAI comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes exigidas, no entanto, em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou à ANEEL o pedido de “Excludente de Responsabilidade”, solicitando que sejam levadas em consideração todas as paralisações e eventos ocorridos que impactaram efetivamente a execução do cronograma originalmente estabelecido do empreendimento. De acordo com o Contrato de Concessão, o início das operações da Usina dar-se-ia em 28 de fevereiro de 2015.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais – continuação

Em 21 de setembro de 2015, a Companhia obteve decisão judicial liminar que determinou à ANEEL: “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte”.

Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda caracterizado como “possível” pelos assessores jurídicos da Companhia, foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do Contrato de Concessão, sendo que o valor estimado de eventual perda para a Companhia gira em torno R\$1.962.000, composto pela soma de potenciais valores de penalidade por insuficiência de lastro e potência na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e de janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE, pagamento de encargos de uso do sistema de transmissão, recontabilização financeira do Mercado de Curto Prazo e acertos financeiros com compradores de energia referentes ao período de vigência da Liminar. Quanto às provisões pela penalidade de insuficiência de lastro e potência houve a compensação dos montantes pelo balanço de energia por parte da CCEE, desta forma houve o estorno do montante provisionado. (nota 15).

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com o andamento dos serviços das obras civis e montagem, que possibilitaram a realização dos testes das Unidades Geradoras (“UG”) de Pimental e de Belo Monte sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional, foram colocadas em operação comercial as UGs:

Ano	Belo Monte	Pimental
2016	1,2,3	1,2,3,4
2017	4,5,6,7	5,6
2018	8,9,10,11,12	
2019	13, 14, 15, 16, 17 e 18	

Em 27 de novembro de 2019, foi inaugurada a UG 18 de Belo Monte em evento que simbolizou a conclusão da usina.

De acordo com o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gera um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da Unidade Geradora 8 (UG 8) em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais – continuação

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.309.499 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo Contrato de Concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

No acordo de acionistas da Companhia existe uma cláusula que trata da compra e venda de energia elétrica destinada ao Ambiente Livre de Contratação – ACL pela Eletrobrás, a qual foi objeto de questionamento por parte da referida acionista. Considerando que o acordo de acionistas prevê que conflitos sejam resolvidos mediante arbitragem, foi instaurado o procedimento arbitral e, em 17 de outubro de 2018, a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem decidiu favoravelmente à Eletrobras, entendendo que a Eletrobras não está obrigada a firmar contrato de compra e venda de energia citado, pelo prazo da concessão da Companhia. A Administração considera que não haverá modificações no fluxo de caixa futuro da Companhia, uma vez que os valores de referência contidos no Acordo de Acionistas que poderiam ser exercidos pela Eletrobrás não foram utilizados para fins de projeção de fluxo de caixa.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como, geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Standards Board (“IASB”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.1. Base de preparação - continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de janeiro de 2020.

2.2. Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.3. Classificação circulante e não circulante - continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Normas contábeis emitidas ou revisadas

Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil – tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos. O pronunciamento fornece um modelo único de contabilização dos arrendamentos, requerendo que o arrendatário reconheça os ativos e passivos para todos os contratos de arrendamentos, a menos que o prazo do contrato seja inferior a 12 meses ou o valor do ativo objeto do leasing seja irrelevante. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido na norma.

Os registros contábeis provenientes da adoção inicial foram realizados com base na abordagem de transição retrospectiva cumulativa, sem a realização de reapresentações dos períodos comparativos. Para tanto a Companhia adotou os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos contemplados pela norma:

- i. Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo.
- ii. Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.4. Normas contábeis emitidas – continuação

A aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil resultou na constituição de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no montante inicial de R\$3.455.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro - esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. Estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os recursos são aplicados em títulos e valores mobiliários com vencimento de longo prazo (superior a 90 dias) e apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para utilização desses recursos antes do vencimento.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica e valores liquidados quando da entrega dessa energia. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante (nota 5). São mensurados ao custo amortizado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os bens do imobilizado, incluindo as UGs que entraram em operação comercial, estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão (notas 3 e 9).

2.9. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização iniciou-se em conjunto com a obrigação do pagamento (nota 10).

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente, quando aplicável.

2.11. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota 15).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.12. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais conforme definidos em contrato (nota 17).

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo total e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.16. Outras contas a pagar

Outras contas a pagar são provisões reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Esta rubrica compreende, principalmente, os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

2.17. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.18.1. Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e IAS 20. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota 20.2.2.

2.19. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.20. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo emitido pela Companhia.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.21. Informações por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Belo Monte e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Xingu, entre os municípios de Vitória do Xingu e Altamira, no estado do Pará, sob o regime de produção independente, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. A Administração revisa, regularmente, as informações financeiras da Companhia, de maneira a alocar os recursos e analisar o desempenho. Desta forma, a informação por segmento não é utilizada em suas análises.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 9)
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 5);
- Teste de *impairment* e contratos de natureza onerosa;
- Provisões socioambientais (nota 18);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 15);
- Valor justo de instrumentos financeiros (notas 8 e 27); e
- Ativos fiscais diferidos (nota 26.b).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância

3.1.1. Depreciação e Unitização do ativo imobilizado

Conforme Nota 01, as UGs entraram em operação comercial de forma gradual e em períodos diferentes. As taxas de depreciação e o início da depreciação dos bens ocorrem por UG, sendo a depreciação contabilizada proporcionalmente à geração de energia comercializada, calculada em conformidade com as quotas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo por base suas vidas úteis ou o prazo de concessão, dos dois o menor, uma vez que o contrato de concessão não prevê indenização ao término da concessão.

No caso dos reservatórios e outros bens de uso comum entre as UGs, os quais não entram em operação de forma parcial, obedecendo aos conceitos de geração de benefícios econômicos, representado pelo princípio da confrontação de receitas e despesas, a taxa de depreciação foi determinada de forma proporcional à curva de ativação das UGs.

3.1.2. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

O CPC 48 / IFRS 9, adotado inicialmente no exercício de 2018, substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na Nota 5. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor de R\$5.506 que reflete a perda esperada sobre a carteira de recebíveis.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância - continuação

3.1.3. Provisão para Redução do Valor Recuperável de Ativos não financeiros

A Companhia adota variáveis e premissas em teste de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

A Administração elaborou estudos buscando assegurar que os ativos da Companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Assim, um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

O ativo caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, conforme as normas contábeis CPC 01 (R1) e IAS 36, requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. Os estudos foram realizados na data base de 31 de outubro e atualizados para 31 de dezembro de 2019 e não indicaram necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos. O cálculo realizado para testar a recuperabilidade dos ativos levou em consideração o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo da concessão, para tanto o fluxo de caixa projetado foi descontado à taxa de 8,33% calculada pelo modelo WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), bem como utilizada a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (após estudo de recuperação fiscal).

No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de PLD mais aderentes a realidade atual da geração. De forma geral o modelo de cálculo levou em consideração as seguintes premissas: metodologia de fluxo de caixa descontado – abordagem da receita; período de projeção de novembro de 2019 a setembro de 2045; taxa de desconto WACC; volume físico de energia; tarifas; custos e despesas (projetado por IPCA); entre outras medidas intrínsecas ao negócio. A Administração da Companhia realizou ao final do exercício de 2019 a revisão do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada. Não há indicativos adicionais de impairment neste exercício.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância – continuação

3.1.4. Provisão socioambiental

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, a qual prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos reservatórios principal e intermediário da usina. Até 2019, esses ativos foram unitizados, portanto registrada a provisão com base no disposto no OCPC 05, itens 119 e 120, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Cabe ressaltar que a referida orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado em serviço, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia reavalia os compromissos assumidos com diversos órgãos e fornecedores a fim de sempre apresentar com a melhor estimativa possível os valores envolvidos na provisão, inclusive com a contratação de consultoria técnica externa. Atualmente a provisão monta R\$ 1.323.170 conforme demonstrado na Nota 18.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Recursos em banco e em caixa	98	141
Depósitos bancários de curto prazo		
Renda Fixa	72.280	85.852
Compromissada – Itaú	121.769	-
	<u>194.147</u>	<u>85.993</u>

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

Os recursos disponíveis para aplicação investidos em títulos de renda fixa e operações compromissadas com rentabilidade média de 86% do CDI. Os compromissos financeiros assumidos pela Norte Energia exigiam liquidez imediata.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2019				Total	31/12/2018
	Vincendos		Vencidos			
	Faturados	Não Faturados	Até 180 dias	Mais de 180 dias		
Suprimento (a)	174.314	403.649	37.421	-	615.384	475.299
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	217	-	9.355	19.143	28.715	97.324
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	-	-	(5.506)	(1.664)
	174.531	403.649	46.776	19.143	638.593	570.959

- (a) Em 31/12/2019, é composto da provisão de faturamento no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no valor de R\$320.315 (R\$307.870 em 31/12/2018), Autoprodutor de Energia Elétrica (“APE”) no valor de R\$83.334 (R\$57.128 em 31/12/2018) e faturamento em aberto do ACR no valor de R\$211.735 (R\$110.301 em 31/12/2018).

Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente.

- (b) Faturamento líquido de provisão no Mercado de Curto Prazo (CCEE) no valor de R\$28.715 em 31/12/2019 (R\$97.324 em 31/12/2018).
- (c) Em 31/12/2019 a Companhia efetuou o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$5.506 (R\$ 1.664 em 31/12/2018) considerando o coeficiente de inadimplência obtido no cálculo de perda esperada.

A seguir a movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Saldo em 31/12/2017	-
(Provisão) /Reversão	(1.664)
Saldo em 31/12/2018	(1.664)
(Provisão) / Reversão	(3.842)
Saldo em 31/12/2019	(5.506)

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Tributos a recuperar

Composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS (a)	136.868	39.306
IR/CS	1.180	2.942
PIS a recuperar (b)	26.120	16.936
COFINS a recuperar (b)	118.667	75.505
Outros tributos	10.244	12.634
	<u>293.079</u>	<u>147.323</u>
Circulante	190.280	147.323
Não circulante	102.799	-

(a) Saldos substancialmente representados por créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

(b) Os débitos de PIS e COFINS gerados na venda de energia estão sendo compensados com os créditos acumulados de exercício anteriores e correntes, de acordo com a legislação vigente.

7. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prêmios de seguros	46.602	51.830
Circulante	44.863	28.657
Não circulante	1.739	23.173

Refere-se ao prêmio de seguros pagos antecipadamente decorrente de risco de engenharia e responsabilidade civil. Os seguros são capitalizados ao custo da obra do empreendimento pela fluência do prazo de cobertura do seguro (nota 29).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Instrumento financeiro derivativo

Em 2018, a Companhia contratou junto ao Banco ABC Brasil um instrumento financeiro derivativo para proteção à variação cambial do dólar (USD). Essa proteção é atrelada a dívida contraída em moeda estrangeira (nota 18). O instrumento financeiro derivativo contratado constitui um *hedge* de valor justo por meio do resultado. Abaixo segue a composição dos saldos a valor justo em 31 de dezembro de 2018, pois o contrato foi liquidado em janeiro de 2019:

	2018
Instrumento financeiro derivativo (ativo)	
Hedge de fluxo de caixa - SWAP	19.911
	19.911
	2018
Receita financeira - variação cambial	
Hedge de fluxo de caixa - SWAP	19.911
	19.911

Composição líquida da posição de *Swap* e dívida em moeda estrangeira:

Instrumento Financeiro	Valor de Referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Condições	Saldo em 31/12/2018	Resultado
Empréstimo ABC (nota 18)	US\$ 30.998	43.475	*	3,77% a.a.	(120.363)	(20.363)
<i>Swap - passivo</i>	100.000	43.475	43.476	10,30% a.a.	(100.546)	(546)
<i>Swap - ativo</i>	100.000	43.475	43.476	5,18% a.a. + ΔUS\$	120.457	20.457
Posição Swap					19.911	19.911
Posição líquida financeira (passivo)					(100.452)	(452)

* 16/07/2018, 11/12/2018 e 11/01/2019.

9. Imobilizado

Descrição	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		41.790.896	(2.309.474)	39.481.422	27.936.727
Geração	2,64%a.a.	41.765.666	(2.296.778)	39.468.888	27.923.737
Administração	8,83%a.a.	25.230	(12.696)	12.534	12.990
Imobilizado em curso		3.374.632	-	3.374.632	13.574.325
Geração		3.374.632		3.374.632	13.574.325
		45.165.528	(2.309.474)	42.856.054	41.511.052

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado – continuação

	Saldos em 31/12/2017	Movimentações			Saldos em 31/12/2018	Movimentações			Saldos em 31/12/2019	Taxa Média Depreciação
		Adições	Baixa	Transferências		Adições	Baixa	Transferências		
Geração em Serviço										
Terrenos (a)	-	-	(145)	882.882	882.737	-	-	3.441	886.178	2,75%
Reservatório, barragens e adutoras	13.804.822	-	-	1.420.950	15.225.772	806.067	-	706.437	16.738.276	2,63%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.043.082	-	-	604.875	2.647.957	-	-	1.680.649	4.328.606	2,68%
Máquinas e equipamentos	7.121.973	101	-	3.235.072	10.357.146	2.196	-	9.446.464	19.805.806	2,63%
Veículos	4.291	1.331	-	72	5.694	399	-	334	6.427	13,11%
Móveis e utensílios	175	-	-	23	198	109	-	66	373	4,73%
	22.974.343	1.432	(145)	6.143.874	29.119.504	808.771	-	11.837.391	41.765.666	
(-) Depreciação Acumulada										
Terrenos	-	(28.170)	-	-	(28.170)	(24.405)	-	-	(52.575)	
Reservatório, barragens e adutoras	(215.917)	(283.800)	-	-	(499.717)	(439.472)	-	-	(939.189)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	(54.144)	(72.661)	-	-	(126.805)	(116.161)	-	-	(242.966)	
Máquinas e equipamentos	(232.293)	(306.103)	-	-	(538.396)	(520.112)	-	-	(1.058.508)	
Veículos	(1.944)	(712)	-	-	(2.656)	(842)	-	-	(3.498)	
Móveis e utensílios	(12)	(11)	-	-	(23)	(19)	-	-	(42)	
	(504.310)	(691.457)	-	-	(1.195.767)	(1.101.011)	-	-	(2.296.778)	
Geração em curso										
Terrenos (a)	880.431	4.007	-	(882.909)	1.529	3.441	-	(3.441)	1.529	
Reservatório, barragens e adutoras	908.770	1.143.106	-	(1.354.345)	697.531	5.127	-	(583.607)	119.051	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.121.642	169.777	-	(573.654)	1.717.765	217.571	-	(1.670.606)	264.730	
Máquinas e equipamentos	10.209.406	281.209	-	(1.029.565)	9.461.050	907.122	-	(8.152.989)	2.215.183	
Veículos	-	72	-	(72)	-	694	-	(334)	360	
Móveis e utensílios	-	23	-	(23)	-	67	-	(67)	-	
A ratear (d)	385.332	1.477.935	-	(1.637.698)	225.569	170.142	-	(305.391)	90.320	
Adiantamento a fornecedores (c)	1.579.095	348.675	-	(665.608)	1.262.162	333.807	-	(1.120.956)	475.013	
Estudos e projetos (b)	161.390	-	-	-	161.390	-	-	-	161.390	
Material em depósito	-	-	-	-	-	233	-	-	233	
Depósitos judiciais (e)	44.270	3.059	-	-	47.329	(506)	-	-	46.823	
	16.290.336	3.427.863	-	(6.143.874)	13.574.325	1.637.698	-	(11.837.391)	3.374.632	
Administração em Serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	-	-	-	1.004	-	-	-	1,004	3,31%
Máquinas e equipamentos	12.377	5.978	-	-	18.355	1.235	-	-	19.590	9,88%
Veículos	-	-	-	-	-	275	-	-	275	13,11%
Móveis e utensílios	3.961	140	-	-	4.101	260	-	-	4.361	5,94%
	17.342	6.118	-	-	23.460	1.770	-	-	25.230	
(-) Depreciação Acumulada										
Edificações, obras civis e benfeitorias	(228)	(33)	-	-	(261)	(33)	-	-	(294)	
Máquinas e equipamentos	(7.026)	(1.794)	-	-	(8.820)	(1.934)	-	-	(10.754)	
Móveis e utensílios	(1.141)	(248)	-	-	(1.389)	(259)	-	-	(1.648)	
	(8.395)	(2.075)	-	-	(10.470)	(2.226)	-	-	(12.696)	
	38.769.316	2.741.881	(145)	-	41.511.052	1.345.002	-	-	42.856.054	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado – continuação

- (a) Até 31/12/2019, foi realizada a unitização dos terrenos das áreas afetadas pelo projeto da Usina de Belo Monte e que foram objeto de aquisição durante a construção. Assim, o saldo em curso foi transferido para serviço no montante de R\$886.178, sendo R\$882.882 até 31 de dezembro de 2018 e R\$ 3.441 no exercício de 2019. A Companhia calcula e registra a amortização dos gastos com os terrenos, pelo prazo da concessão, considerando que ao final do contrato não ocorrerão quaisquer indenizações dos investimentos realizados pela Companhia na UHE Belo Monte (R\$24.405 no exercício de 31/12/2019 e R\$28.170 até 31/12/2018).
- (b) Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais, nas fases de gastos com estudos de engenharia, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias em vigor. Estes custos serão rateados no total da usina após a conclusão da obra e unitização da última UG, a qual será realizada em janeiro de 2020.
- (c) Parte dos valores classificados na rubrica de “Geração em curso” refere-se a adiantamentos feitos para os fornecedores à época IMPSA - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM, para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e para o Consórcio CCBM, responsável pela obra civil da construção da Usina. Devido à incerteza nas inversões de tais valores, em 2014 foi provisionado para perda o montante de R\$255.841 referente a: i) R\$3.955 do contrato dos equipamentos hidromecânicos com a “IESA Projetos Montagens e Equipamentos S.A.”, que está em recuperação judicial, em razão do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais, sendo que a Companhia foi relacionada no processo como credora; e ii) R\$251.886 do contrato com o Consorcio IMPSA Belo Monte que, por razões do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais por parte do Contratado, que impactariam na conclusão do fornecimento e comprometeriam o empreendimento, o contrato foi rescindido unilateralmente pela Norte Energia. Foi revertido da mencionada provisão, em 2015, o valor de R\$21.207, e em 2016 o valor de R\$696, em razão da entrega de materiais naquele ano. Adicionalmente, em outubro de 2017 foi recebido o valor de R\$42.494 a título de indenização securitária, em razão da apólice de seguro contratada com a Zurich.

Em 2019 foi proferida a Sentença Arbitral Final do Procedimento Arbitral nº 03/2015, que confirmou os valores da condenação imposta ao Consórcio IMPSA, com base em laudo de perito técnico designado para apurar os valores dos ativos recebidos. A referida sentença condenou a Wind Power e a Inverall solidariamente, ao pagamento de R\$35.126 a título de multa contratual e ao ressarcimento de R\$58.512 devidos em razão de pagamentos feitos pela Norte Energia e cujos materiais não foram entregues, totalizando o montante de R\$93.638. Em decorrência da sentença arbitral foi realizado ajuste do saldo atual da provisão de R\$230.236 para R\$58.512, para adequação do custo do ativo imobilizado, de acordo com o referido laudo. A reversão da provisão no montante líquido de R\$171.724 foi registrada na demonstração do resultado do exercício de 2019, na rubrica de despesas operacionais.

- (d) A rubrica “A ratear” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração entende que a alocação dos custos será realizada quando da entrada em operação da Usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo. A partir de julho de 2016, com o início do processo contábil de unitização, o saldo da rubrica “A ratear” foi transferido para a composição do custo das unidades geradoras no ativo imobilizado. Em 2019, ocorreram o 13º, 14º, 15º, 16º e 17º ciclos de unitização. Houve a entrada em operação da última UG em dezembro de 2019, por essa razão, o saldo da conta “a ratear” do grupo de Geração será alocado para as turbinas até a unitização da UG 18 em janeiro de 2020.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado – continuação

Composição da rubrica “A ratear”	31/12/2019	31/12/2018
Mobilização e canteiro de obras	4.370	32.398
Juros capitalizados	-	88.283
Projetos e consultorias de engenharia	79.055	81.056
Encargos financeiros, comissões bancárias e seguros	-	2.331
Outros	6.895	21.501
	90.320	225.569

(e) A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI).

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vida útil e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo que os bens que possuem vida útil superior ao período da concessão deverão ser ajustados para que a mesma se limite ao prazo desta.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo, que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados R\$8.366.311 (sendo R\$550.693 no exercício de 2019 e R\$1.156.811 no exercício de 2018). Os custos de empréstimos e financiamentos relacionados às unidades em operação estão sendo alocados no resultado do exercício (R\$1.652.561 em 2019 e R\$1.130.464 em 2018).

A Administração da Companhia realizou ao final do exercício de 2019 a revisão do valor recuperável do ativo imobilizado e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada. Não há indicativos adicionais de impairment neste exercício.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível

10.1. Composição

Descrição	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2019	Valor líquido 31/12/2018
Intangíveis em serviço		469.329	(51.247)	418.082	433.983
Geração		452.352	(35.527)	416.826	433.067
Uso do Bem Público (UBP)	3,59%a.a.	452.352	(35.527)	416.826	433.067
Administração		16.977	(15.720)	1.256	916
Licença de uso de software	10,83%a.a.	16.946	(15.720)	1.225	885
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em curso		5.788	-	5.788	4.442
Geração		2.867	-	2.867	2.867
Servidão		2.548	-	2.548	2.548
Depósitos judiciais		319	-	319	319
Administração		2.921	-	2.921	1.575
Licença de uso de software	4,73%a.a.	2.921	-	2.921	1.575
		475.117	(51.247)	423.870	438.425

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível – continuação

10.2. Movimentação

	Saldos em	Movimentações		Saldos em	Movimentações		Saldos em
	31/12/2017	Adições	Transf.	31/12/2018	Adições	Transf.	31/12/2019
Intangível em serviço:	356.017	-	112.173	468.190	1.139	-	469.329
Uso do Bem Público (UBP)	340.180	-	112.173	452.353	-	-	452.353
Marcas e patentes	31	-	-	31	-	-	31
Licença de uso de software	15.806	-	-	15.806	1.139	-	16.945
(-) Amortização acumulada	(17.357)	(16.850)	-	(34.207)	(17.040)	-	(51.247)
Intangível em curso:	4.370	112.245	(112.173)	4.442	1.346	-	5.788
Uso do Bem Público (UBP)	-	112.173	(112.173)	-	-	-	-
Licença de uso de software	1.503	72	-	1.575	1.346	-	2.921
Servidão	2.548	-	-	2.548	-	-	2.548
Depósitos judiciais	319	-	-	319	-	-	319
	343.030	95.394	-	438.425	(14.554)	-	423.870

A Administração da Companhia realizou ao final do exercício de 2019 a revisão do valor recuperável do ativo intangível e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada. Não há indicadores adicionais de impairment neste exercício.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível – continuação

10.3. Uso do Bem Público

A Companhia paga à União o valor anual de R\$16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, a partir da operação comercial da primeira unidade geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante e não circulante no montante de R\$90.347 e R\$329.985, respectivamente, totalizando R\$420.332 em 31 de dezembro de 2019 (R\$434.031 em 31 de dezembro de 2018), em contrapartida do ativo intangível (R\$ 416.826 em 31 de dezembro de 2019 e R\$433.067 em 31 de dezembro de 2018). O saldo de UBP foi ajustado em R\$ 112.172, pela adequação da taxa de desconto do ajuste a valor presente à realidade da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

O saldo da obrigação é atualizado pela variação do IPCA anualmente e descontado a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real. Em 2015 foram pagas duas parcelas que totalizaram R\$3.651, cujo pagamento posterior foi suspenso por força de liminar judicial. Em outubro de 2017, reiniciou-se o pagamento do UBP e por consequência o ativo intangível reconhecido como contrapartida dessa obrigação começou a ser amortizado. Vide abaixo a movimentação da UBP registrada no passivo exigível:

Movimentação do passivo:

Em 31 de dezembro de 2016	<u>305.044</u>
Atualizações no exercício	31.253
Pagamentos no exercício	<u>(6.442)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>329.855</u>
Atualizações no exercício	130.640
Pagamentos no exercício	<u>(26.464)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>434.031</u>
Atualizações no exercício	13.739
Pagamentos no exercício	<u>(27.438)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>420.332</u>
Circulante	90.347
Não circulante	329.985

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Depósitos judiciais e cauções

	31/12/2019	31/12/2018
Cauções Pactual	-	1.552
Caução CEF (a)	373.948	576.191
Depósito Judicial – Tributário (b)	23.397	18.891
Depósito Judicial – Cíveis (c)	143.500	143.503
Depósito Judicial – Trabalhistas	6.677	413
	<u>547.522</u>	<u>740.550</u>
Circulante	-	1.552
Não circulante	547.522	738.998

- (a) Contrato de caução firmado com o Operador Nacional do Sistema – ONS referente à Utilização do Sistema de Transmissão que monta R\$5.714 e Conta Reserva para atender as exigências previstas no contrato de Financiamento do BNDES no valor de R\$343.847, sendo R\$13.006 referente a aplicação em fundo exclusivo, o qual não é consolidado devido as características do contrato firmado junto ao BNDES, e a Companhia não possui gestão sobre os recursos aplicados. O restante do saldo, no valor de R\$ 24.387, refere-se a outras cauções.
- (b) Substancialmente representado por exigência jurídica vinculada a ação movida pelo CCBM, onde a Norte Energia é parte interessada, contra Prefeitura Municipal de Altamira, referente a recolhimento mensal do ISS. Discussão pertinente a incidência de ISS sobre inclusão na base de cálculo dos valores vinculados a materiais aplicados e serviços de terceiros contratados, pelos serviços tomados junto ao CCBM. Em setembro de 2014, foi registrado o resgate dos alvarás emitidos para a Prefeitura Municipal de Altamira referente à parte incontroversa (nota 14, item a).
- (c) Em 04 de Abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública intentada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal, que pleiteia o imediato depósito do valor referente a compensação ambiental o qual foi realizado em 27 de abril de 2016 e atualizado, no valor de R\$124.974 (nota 13). O restante do saldo, no valor de R\$ 18.526, refere-se a outros depósitos judiciais cíveis.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Outros créditos

Composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos a pessoal	33	18
Adiantamentos a fornecedores	8.945	6.294
Títulos a receber	1.404	1.404
Estoque	338	105
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.305	8.398
Direito de uso	3.351	-
Credores diversos	6.487	3.896
	<u>39.863</u>	<u>20.115</u>
Circulante	34.702	16.281
Não circulante	5.161	3.834

13. Fornecedores

Composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consórcio Construtor de Belo Monte	28.090	121.246
Instituto Chico Mendes (a)	124.974	124.974
Outros fornecedores de investimento (b)	246.822	190.220
Créditos cedidos - operação de <i>confirming</i> (c)	138.374	-
Encargo da transmissão, conexão e distribuição	80.387	54.254
Outros fornecedores materiais e serviços	1.405	1.121
	<u>620.052</u>	<u>491.815</u>
Circulante	619.857	491.608
Não circulante	195	207

(a) Em 2016, foi determinado que o valor referente a compensação ambiental fosse depositado em juízo, ficando o valor em aberto na conta do fornecedor até a conclusão do processo judicial (nota 11).

(b) O aumento em 2019 está substancialmente representado pela contratação de seguro de risco operacional no montante de R\$44 milhões a ser liquidado em 2020 (nota 30); e (ii) Provisão consórcio COMGEV no montante de R\$40 milhões. Consórcio responsável pela construção da UHE Belo Monte.

(c) Em 2019 foi negociado com os fornecedores Andritz, GE, Voith e Consórcio CCBM, postergação dos vencimentos de faturas, para 30/10/2020, no montante de R\$ 135.084, ao custo de 9,99% a.a. A postergação não altera as características comerciais pactuadas na transação original com os fornecedores, pois não há alterações significativas no preço e demais condições negociadas anteriormente.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Outras contas a pagar

Composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributos retidos na fonte	5.493	5.960
Tributos a recolher:		
ISS (a)	26.897	29.279
INSS	4.058	3.681
PIS/COFINS/CSLL (b)	81.850	74.837
ICMS	18.603	23.420
Outros tributos a recolher	918	647
Obrigações trabalhistas	17.760	19.905
Credores Diversos (c)	-	29.110
CFURH (d)	8.761	18.365
P&D (d)	50.459	32.661
Passivo de arrendamentos	3.351	-
Outros	8.158	6.799
	<u>226.308</u>	<u>244.664</u>
Circulante	205.112	244.664
Não circulante	21.196	-

(a) Conforme Nota 11, item (b), a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CCBM no Município de Altamira está sendo depositado em juízo, totalizando R\$14.828.

(b) Os créditos de PIS e COFINS foram suficientes para compensar o saldo passivo em 2019. O saldo passivo em aberto será compensado a partir de janeiro de 2020.

(c) Com a finalização da estratégia de compra de energia, em função do não pagamento dos valores a receber pela CCEE, os valores da notificação de penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente às competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 foram registrados como provisão, em caso da perda da liminar (nota 1). Devido a uma defasagem operacional da CCEE no envio dessas notificações, no primeiro semestre de 2017 foram divulgadas as notificações das competências de outubro a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017. A partir da competência abril de 2017, não foram mais constituídas provisões devido o prognóstico de perda ser caracterizado como "Possível", sendo que nesse período as notificações recebidas totalizam o valor de R\$1.962.000, atualizadas até 31 de dezembro de 2019. Em relação as provisões pela penalidade de insuficiência de lastro e potência houve a compensação dos montantes pelo balanço de energia por parte da CCEE, e desta forma procedemos o estorno do restante do valor provisionado de R\$ 29.110. (nota 15).

(d) Refere-se a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH e a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, conforme estabelecido pela ANEEL.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

i) Causas prováveis

	Provisões Cíveis	Provisões Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2017	23.680	1.000	24.680
Revertida durante o exercício	(23.917)	(10.404)	(34.321)
Constituída durante o exercício	5.423	15.407	20.830
Em 31 de dezembro de 2018	5.186	6.003	11.189
Revertida durante o exercício	(196)	(3.902)	(4.098)
Constituída durante o exercício	12.207	6.874	19.081
Em 31 de dezembro de 2019	17.197	8.975	26.172

A constituição de provisão trabalhista no valor de R\$ 6.874, refere-se, principalmente, a processos em que a Norte Energia foi citada como responsável subsidiária. No exercício as reversões de provisões montam R\$ 3.902, além disso houve constituição de R\$ 12.207 em causas cíveis, R\$ 7.870 relativos a causa específica de revisão de contrato, o restante do saldo é referente, principalmente, a atualizações e outros processos de menor valor no montante de R\$ 4.337. Das adições ocorridas no período, o montante de R\$3.208 foram capitalizados.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

ii) Causas possíveis – não provisionadas

Existem ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de **perda possível**:

- (a) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas, indenizações diversas e outras ações cíveis no valor estimado de R\$ 134.448. Há também processos de cunho administrativo em decorrência de autuações da Agência Nacional das Águas e Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que não estão inseridos no item “f” e “g” abaixo, por supostas infrações no valor estimado de R\$ 18.
- (b) Ações em procedimento arbitral no âmbito da Câmara de Comércio Internacional no montante de R\$1.040.613 referente a supostos não cumprimentos contratuais por parte de Norte Energia S.A. em relação ao Consórcio Montador de Belo Monte (CMBM) e Andritz Hydro S.A. (nota 30.c). O valor foi atualizado pelo índice IPCA, destacando que o Tribunal Arbitral poderá utilizar outro índice no momento de eventual liquidação futura, ocorrência que está além do controle da Norte Energia.
- (c) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária e direta, nos valores estimados de R\$ 80.575 e R\$ 599, respectivamente. A Companhia possui também autuações trabalhistas no valor total estimado de R\$ 537.
- (d) Processo Administrativo sobre a Taxa de Fiscalização de Utilização de Recursos Hídricos, instituído pelo Governo do Estado do Pará, no valor estimado de R\$ 101.931. Há ainda, outras autuações tributárias no valor total estimado de R\$ 342.
- (e) Liminar com efeito de suspensão da penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE. A suspensão abrange valores referentes a EUST (Encargos de Utilização do Sistema de Transmissão), liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo e valores a serem pagos a autoprodutores que possuem, junto à insuficiência de lastro, o valor estimado de R\$1.962.000.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

ii) Causas possíveis – não provisionadas - continuação

- (f) A Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação (“LI”) e da Licença de Operação (“LO”) da UHE. O valor estimado total destes casos com prognóstico de perda Possível é de R\$ 29.372. Não compõe esta soma os Processos Administrativos com imposição de multa diária administrativa. Como se trata de multa diária é necessária decisão do IBAMA que consolide o valor da multa e indique o período de aplicação.

Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recursos administrativos.

O assunto não implica qualquer suspensão das referidas licenças, que continuam válidas, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.

- (g) A Companhia possui ainda outras autuações pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) e Órgãos Estaduais e Municipais por outras supostas infrações no valor estimado de R\$ 57.532. Não compõe esta soma os Processos Administrativos junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS, os quais não foram fixadas multas, sendo necessário aguardar as decisões administrativas em 1ª instância para arbitramento pelo órgão.

Como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e IAS 37 – *Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assests*, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente, haja vista que as perdas são possíveis e, mesmo vindo a ser julgadas procedentes, em nenhuma hipótese os valores iniciais serão mantidos, constituindo-se os tais em mero exercício dos autores, sem qualquer fundamentação legal.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos - BNDES	27.772.266	27.829.855
Empréstimos e financiamentos – ABC	-	120.363
Empréstimos e financiamentos - Nota Promissória	306.606	-
	28.078.871	27.950.218
Circulante	2.860.815	2.389.264
Não circulante	25.218.056	25.560.954

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das Demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (nota 9).

As condições de liberação dos recursos, bem como os prazos e índices de atualizações estão descritos no item seguinte.

Empréstimos e financiamentos – BNDES

Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e de nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcela indireta) com o BNDES, através dos repasses da CEF - Caixa Econômica Federal e do Banco ABC Brasil, e de nota promissória com o Banco BTG Pactual.

No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou um financiamento de R\$22.500.000, sendo R\$3.685.300 relativos à linha de crédito FINAME – PSI e R\$18.814.700 à linha de crédito do FINEM. Esse valor será repassado da seguinte forma: R\$9.814.700 serão repassados diretamente pelo BNDES, R\$7.000.000, pela Caixa Econômica Federal e outros R\$2.000.000, pelo Banco de Investimentos BTG Pactual. Conforme detalhado a seguir:

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos – continuação

Empréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

Financiamento de longo prazo	Empréstimo aprovado (em milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantia
BNDES - FINEM - parcela direta	9.814,7	TJLP + 2,25%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
BNDES - FINEM - parcela indireta:			
Banco BTG	2.000,0	TJLP + 2,65%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
Banco CEF	7.000,0	TJLP + 2,65%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
	9.000,0		
BNDES - PSI - parcela direta	3.685,3	5,5%	Fiança corporativa, penhor e recebíveis (*)
	22.500,0		

(*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação da UHE Belo Monte.

O crédito foi destinado à implantação da UHE Belo Monte, Sistema de transmissão associado e Investimentos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. O contrato está dividido nos seguintes subcréditos e prazos de amortização:

Descrição	Encargos (a.a.)	Início da liberação	Início de pagamento	Término do pagamento
Parcela direta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,25%	dez/12	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,25%	dez/12	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,25%	Mar/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,25%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela indireta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,65%	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,65%	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,65%	jun/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela direta – PSI				
Subcrédito A	5,50%	dez/12	mai/17	mar/41
Subcrédito B	5,50%	set/15	out/19	mar/41

O crédito foi posto à disposição, parceladamente, em função das necessidades para a realização do projeto.

A liberação do empréstimo teve início em 2012 no valor de R\$3.137.882. Durante o exercício de 2013 foram liberadas 3 parcelas, segregadas em 5 liberações nos meses de janeiro, maio, junho, agosto e dezembro totalizando o valor de R\$6.680.281.

No primeiro trimestre de 2014 foi liberada uma parcela no valor total de R\$1.215.000, no segundo trimestre foram liberadas duas parcelas, de R\$58.045 e R\$1.400.000, no terceiro trimestre foi liberada a sétima parcela no valor de R\$1.400.000 e no quarto trimestre foi liberada a oitava parcela no valor de R\$1.500.000, totalizando R\$5.573.045 no ano.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos – continuação

Empréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

No primeiro trimestre de 2015, foi liberado o valor total de R\$941.853, no segundo trimestre foi liberado o valor total de R\$2.167.317, no terceiro trimestre R\$1.500.000 e no quarto trimestre R\$501.197 totalizando R\$5.110.367 no ano. Nos anos de 2016 a 2019, não ocorreram novas liberações do BNDES.

A movimentação dos créditos do BNDES está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.615.250
Total encargos incorridos no exercício	2.269.469
Total de pagamentos no exercício	(630.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.254.570
Total encargos incorridos no exercício	2.280.900
Total de pagamentos no exercício	(1.705.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.829.855
Total encargos no exercício	2.191.026
Total de pagamentos no exercício	(2.248.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.772.266

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício do financiamento, do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% e da manutenção de índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2, calculado a partir da entrada em operação da UHE e a consequente amortização das parcelas de financiamento, iniciado em fevereiro de 2017 com obrigatoriedade de divulgação no final do exercício, quando deverá, inclusive, ser auditado.

O cálculo será realizado da seguinte forma:

$$\text{ICSD} = \text{(A)/ (B)}$$

Sendo:

(A) Geração de caixa

(+) EBITDA

(-) Imposto de renda

(-) Contribuição social

(B) Serviço da dívida

(+) Amortização de principal

(+) Pagamento de juros

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos – continuação

Empréstimos e financiamentos – BNDES – continuação

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais.

Adicionalmente o contrato prevê as seguintes garantias:

Pré-operacionais:

- Fiança corporativa dos sócios;
- Penhor de ações da SPE;
- Pacote de Seguros e Garantias associados aos contratos de construção e fornecimento de equipamentos.

Após entrada em operação:

- Penhor de ações da SPE;
- Recebíveis (CCEARs) e demais direitos emergentes da concessão;
- Conta reserva de 3 meses do serviço da dívida e dos custos de O&M.

Empréstimos e financiamentos – ABC

A Companhia contratou, em 15 de janeiro de 2018, junto ao banco ABC Brasil, uma linha de capital de giro de US\$ 30.998.000, que, convertidos totalizam R\$ 100.000 cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 e detalhes do financiamento estão descritos abaixo:

Custo Total	10,52% a.a.
Liberação	15-jan-2018
Vencimento	10-jan-2019
Amortização de Principal	10-jan-2019
Pagamento de Juros	16-jul-2018, 11-dez-2018, 11-jan-2019

Principal	100.000
Juros	3.697
Varição cambial	24.338
Pagamentos no exercício	(7.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	120.363
Juros	475
Varição cambial	(110)
Pagamentos no exercício	(103.293)
Swap ativo	(17.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

O contrato junto ao banco ABC Brasil foi liquidado em janeiro de 2019 e não possuía *covenants* vinculados.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos – continuação

Empréstimos e financiamentos – Nota Promissória

Em 27 de agosto de 2019 a Companhia concluiu a sua 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais, em série única da espécie quirografária, no valor de R\$300.000. Foram emitidas (2) duas notas promissórias, com valor unitário de R\$150.000, sem previsão de resgate antecipado facultativo. O prazo de vigência das notas promissórias é de 5 meses, contados da data de emissão, sendo o vencimento em 23 de fevereiro de 2020, com a remuneração à taxa de CDI + 1,95% ao ano. Para a estruturação das notas promissórias a Companhia desembolsou R\$2.656 referente a comissões ao emissor. Os recursos captados por meio da emissão serão destinados para atendimento às necessidades de caixa da Companhia.

	<u>31/12/2019</u>
Principal	300.000
Juros	6.606
	<u>306.606</u>

Será efetuado o resgate antecipado obrigatório da Nota Promissória quando for realizada qualquer operação de financiamento com prazo superior a 2 anos, e de valor contratado superior ao valor total da Nota Promissória, no Brasil ou exterior, sem qualquer prêmio ou penalidade.

Cronograma geral de vencimentos dos empréstimos

Os vencimentos das parcelas do financiamento estão atualizados até 31 de dezembro de 2019 e distribuídos como segue:

	<u>Valor</u>
2020	2.860.816
2021	2.554.210
2022	2.554.210
2023	2.554.210
A partir de 2024	17.555.425
	<u>28.078.871</u>

Em fevereiro de 2017, iniciou-se a amortização das parcelas de financiamento do BNDES, sendo que até 31 de dezembro de 2019 foi amortizado o montante de R\$4.584.381 (R\$2.335.763 até dezembro de 2018) referente ao principal e juros.

	<u>Valor</u>
Direto	2.694.001
Principal	543.373
Juros	2.150.628
Indireto	1.890.380
Principal	280.642
Juros	1.609.738
Total pago no exercício	<u>4.584.381</u>

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras (a)	845	-	-	638	-	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte (b)	-	17.742	(152.010)	-	5.597	(125.878)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (c)	-	11.030	(109.925)	-	8.115	(71.895)
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (d)	5.717	-	66.595	5.467	-	63.954
	6.562	28.772	(195.340)	6.105	13.712	(133.819)

- (a) Refere-se a despesas administrativas incorridas pela Companhia para atendimento a requerimentos de compliance do acionista e que serão objeto de reembolso.
- (b) Refere-se a contas a pagar do serviço de comunicação entre Brasília e Altamira, serviço de operação e manutenção da usina e encargo do sistema de transmissão - EUST, os preços e condições da prestação de serviço mencionada estão definidos e acordados em contrato específico com vigência até o prazo da concessão da Norte Energia S.A., o contrato possui atualização anual pelo IPCA. A ELETRONORTE participa do quadro de Acionista da Companhia, com 19,98%.
- (c) Refere-se a contas a pagar do serviço de encargo do sistema de transmissão - EUST para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. O EUST é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e é devido pela disponibilização de linhas de transmissão para escoamento da produção de energia, os valores envolvidos são definidos segundo a norma. A CHESF participa do quadro de Acionista da Companhia, com 15%.
- (d) Refere-se à venda de energia elétrica a título de APE – Autoprodutores, com valores definidos em leilão, e compõe o saldo de contas a receber (nota 5). A SINOBRAS participa do quadro de Acionista da Companhia, com 1%.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas – continuação

As transações com as partes relacionadas ligadas indiretamente à Companhia, nas quais os Acionistas possuem participação societária, referem-se aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, que é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e pago aos agentes operadores. A única exceção são as operações com a Vale, que se referem à venda de energia denominada APE – Autoprodutores. Abaixo seguem os valores envolvidos nessas operações:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	37	(1.031)	-	22	(607)
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	-	2	(2.020)	-	2	(1.407)
ATE III Transmissora de Energia S.A.	-	5	(5.014)	-	5	(3.193)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	1	(1.072)	-	1	(649)
Companhia Energética de Pernambuco	49.631	-	234.588	27.219	-	223.687
Cemig Distribuição S.A.	24.459	-	218.155	23.443	-	208.573
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	10	(21.566)	-	10	(15.913)
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	-	1	(741)	-	1	(439)
Companhia Estadual de Energia Elétrica - Distribuição	3.809	-	30.831	3.631	-	28.857
Companhia Estadual de Energia Elétrica - Geração e Transmissão	-	8	(18.036)	-	8	(10.940)
CTEEP-Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	-	20	(55.646)	-	20	(36.876)
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	-	74	(2.027)	-	48	(1.162)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	36	(46.929)	-	36	(30.173)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	256	(8.026)	-	215	(7.066)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	-	2	(1.653)	-	2	(972)
Evrecy Participações Ltda.	-	-	(221)	-	-	(160)
Fumas-Centrais Elétricas S.A.	-	42	(119.575)	-	42	(77.773)
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	6	(7.158)	-	151	(3.894)
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	-	1	(754)	-	1	(476)
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	-	1	(844)	-	1	(532)
Light Energia S.A.	-	-	(131)	-	-	(73)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	-	(767)	-	-	(463)
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	-	35	(939)	-	23	(603)
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.	-	-	(3)	-	-	(2)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	274	(7.833)	-	178	(4.596)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	-	80	(53.664)	-	80	(38.594)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	-	1	(1.312)	-	30	(714)
Vale S.A.(a)	77.642	-	597.418	51.686	-	620.857
	155.541	892	724.030	105.979	876	844.697

(a) Refere-se à provisão de venda de energia elétrica, compondo o saldo de contas a receber (nota 5).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas – continuação

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos foram aprovados em AGO datada de 29 de abril de 2019 e estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração dos administradores e conselheiros	3.741	4.126
Encargos sociais	1.584	1.112
Benefícios	1.005	448
Total no exercício	<u>6.330</u>	<u>5.686</u>

18. Provisões socioambientais

Refere-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Físico Biótico	231.335	54.106
Investimentos sociais	827.897	537.331
PDRSX	263.847	283.707
	<u>1.323.170</u>	<u>875.144</u>

A Companhia registrou no passivo, nos exercícios de 2018 e 2019, constituição do valor de provisão socioambiental no montante de R\$ 955.131 e R\$ 806.067, respectivamente, baseados em estudos internos e de consultoria externa (empresa Alvarez & Marsal) e que levaram em conta os compromissos assumidos pela Companhia por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Belo Monte. Abaixo, demonstramos quadro com a movimentação dessa provisão:

Constituição no exercício	602.900	
Realização no exercício	(134.206)	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>468.694</u>	
Constituição no exercício	4.250	
Realização no exercício	(352.196)	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>120.748</u>	
Constituição no exercício	955.131	
Realização no exercício	(200.735)	
Em 31 de dezembro de 2018	<u>875.144</u>	
Realização no exercício	(358.041)	
Constituição no exercício	806.067	
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.323.170</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	397.703	399.452
Não circulante	925.467	475.692

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Provisões socioambientais – continuação

No exercício de 2019 foi constituída provisão, em contrapartida ao ativo imobilizado, no montante de R\$ 806.067 referente aos gastos a valor presente comprometidos pela Companhia com os programas socioambientais. O complemento ocorreu em função da revisão dos compromissos assumidos com ações de infraestrutura e reflorestamento na região do empreendimento. A seguir está demonstrada a movimentação do saldo a realizar bem como o valor provisionado aberto por projeto:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Provisão</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2019</u>
Físico Biótico	47.974	48.874	(42.742)	54.106	225.865	(48.636)	231.335
Ações no reservatório	37.050	24.601	(37.050)	24.601	225.865	(43.879)	206.587
Fauna	10.624	2.273	(5.392)	7.505	-	(3.811)	3.694
Flora	300	22.000	(300)	22.000	-	(946)	21.054
Investimentos Ambientais	121.530	542.563	(126.762)	537.331	580.202	(289.546)	827.987
Apoio a Aquisição de Terras	45.779	91.275	(45.779)	91.275	-	(13.922)	77.353
Apoio Social e aos Municípios	21.227	58.846	(26.459)	53.614	165.688	(56.776)	162.526
Indígena	-	169.000	-	169.000	303.324	(95.351)	376.973
Kayapós	8.996	4.500	(8.996)	4.500	-	-	4.500
Reassentamento	4.998	52.129	(4.998)	52.129	48.202	(34.964)	65.367
Recomposição Econômica	17.395	98.112	(17.395)	98.112	8.005	(7.853)	98.264
Relocações	13.265	15.969	(13.265)	15.969	2.804	(10.714)	8.059
Saúde e Saneamento	9.870	52.732	(9.870)	52.732	52.179	(69.966)	34.945
PDRSX	(48.755)	363.694	(31.232)	283.707	-	(19.859)	263.848
PDRSX	(48.755)	363.694	(31.232)	283.707	-	(19.859)	263.848
Total Geral	120.749	955.131	(200.736)	875.144	806.067	(358.041)	1.323.170

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Adiantamento de clientes

Em 2019, a Companhia celebrou contratos de fornecimento de energia elétrica em leilões, pelo prazo de 1º de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2020. Os respectivos leilões consistiam em venda de energia com antecipação do recebimento durante o ano de 2019, abaixo segue detalhamento das vendas mais relevantes:

Obrigação assumida cronograma	MW Médio	Adiantamento recebido R\$ mil
2019	1.573	319.838
Julho	409	78.654
Agosto	364	75.773
Setembro	200	40.689
Outubro	200	42.046
Novembro	200	40.689
Dezembro	200	41.987
2020	1.752	183.336
Janeiro	146	15.528
Fevereiro	146	14.527
Março	146	15.528
Abril	146	15.028
Maiο	146	15.529
Junho	146	15.028
Julho	146	15.528
Agosto	146	15.528
Setembro	146	15.028
Outubro	146	15.529
Novembro	146	15.028
Dezembro	146	15.527
Total a faturar	3.325	503.174
Faturado no exercício	(1.573)	(319.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.752	183.336

O montante acima está representado pela contraprestação adiantada por clientes, cujo reconhecimento das receitas ocorrerá mediante a efetiva entrega de energia elétrica. Não existe atualização monetária nos contratos supracitados.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

No exercício de 2018, foram aprovadas as subscrições de capital no valor de R\$938.000, passando o capital subscrito de R\$12.458.000 para R\$13.396.000, sendo integralizados R\$13.010.058 que compreendem 13.010.058 ações ordinárias (R\$12.165.858, correspondente a 12.165.858 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017), sendo que durante o ano de 2019 não foram aprovadas novas subscrições. As integralizações de capital foram aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, nas seguintes datas:

Aprovados no exercício	Ano	Quantidade de ações (em lotes de mil)	Valor integralizado (em lotes de mil)
Até 31 de dezembro	2016	11.300.000	11.133.758
Aprovado no exercício	2017	1.158.000	1.032.100
Total em 31 de dezembro	2017	12.458.000	12.165.858
Aprovado no exercício	2018	938.000	844.200
Total em 31 de dezembro	2018	13.396.000	13.010.058
Integralizado no exercício	2019	-	350.600
Total em 31 de dezembro	2019	13.396.000	13.360.658

Em 22 de novembro de 2019, a FUNCEF integralizou o montante de R\$ 350.600 referente aos aumentos aprovados nas seguintes assembleias: 24^a, 26^a, 30^a, 32^a, 33^a, 34^a, 35^a, 36^a, 37^a, 38^a, 39^a, 40^a, 41^a, 42^a, 43^a e 44^a.

Em 16 de junho de 2016 foi elaborada uma Nota Técnica de Adimplemento da SINOBRAS e em 06 de julho de 2016 na 24^a AGE foi assinado um Termo de Confissão de Dívida da SINOBRAS para regularização do inadimplemento das integralizações. Até 31 de dezembro de 2017 foi quitado o valor total de R\$24.238 referente ao aporte atrasado e até 2019 não houve pagamentos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido – continuação

20.1. Capital social - continuação

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	31/12/2019			31/12/2018		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.676.521	2.676.521	-	19,98%	2.676.521	-	19,98%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobras	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	2.009.400	-	15,00%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	2.009.400	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	989.000	350.600	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789	-	9,77%	1.308.789	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640	-	9,00%	1.205.640	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS	133.960	98.618	35.342	1,00%	98.618	35.342	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	-	0,25%	33.490	-	0,25%
	13.396.000	13.360.658	35.342	100,00%	13.010.058	385.942	100,00%

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido – continuação

20.2. Reservas

20.2.1. Reserva legal

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício e após absorção do prejuízo acumulado, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa reserva é de R\$ 33.546.

Lucro líquido do exercício de 2019	209.628
Base de cálculo para reserva legal em 31/12/2019	209.628
Alíquota reserva legal	5%
Reserva legal constituída no exercício de 2019	10.481
Saldo constituído no exercício de 2018	23.065
Saldo da reserva legal em 31/12/2019	33.546

20.2.2. Reserva de incentivos fiscais

A MP nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado no Decreto 4.212/2002, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação. Nesse contexto, a SUDAM, reconhece o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração na atividade de geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2019 foi constituída reserva adicional no montante de R\$ 14.509 totalizando R\$ 184.088.

20.2.3. Reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Considerando o lucro apurado em 2019 no montante de R\$ 209.628, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva especial relativo ao montante do dividendo mínimo obrigatório de R\$46.160, retidos em reserva especial de dividendos não distribuídos, em conformidade com a legislação societária, a qual será enviada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), conforme disposições estatutárias e de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Assim o saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é de R\$113.323.

20.2.4. Reserva de retenção de lucros

O lucro excedente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído de R\$138.478 foi destinada à constituição da Reserva de Retenção de Lucro, a qual será enviada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), em conformidade com as disposições estatutárias. O saldo dessa reserva em 31 de dezembro de 2019 é de R\$339.966.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Patrimônio líquido – continuação

20.2. Reservas - continuação

20.2.5. Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido remanescente, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas. Porém, esses dividendos não serão obrigatórios nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à AGO ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, sendo necessário parecer do Conselho Fiscal atestando esse cenário. Além disso, há cláusula nos contratos do BNDES que limitam o valor dos dividendos a 25%, e somente há distribuição adicional em conformidade com a anuência do banco.

20.2.6. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

Abaixo está demonstrado o lucro por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Quantidade ações disponíveis ano anterior	13.396.000	12.458.000
Aumento autorizado em 27/02/2018	-	308.000
Aumento autorizado em 22/03/2018	-	200.000
Aumento autorizado em 30/04/2018	-	430.000
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	13.396.000	13.161.304
Lucro líquido do exercício	209.628	1.074.056
Lucro por ação ordinária no exercício – em reais	0,0156	0,0816

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica (a)	4.315.896	4.090.177
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	580.029	801.764
PIS	(80.793)	(80.749)
COFINS	(372.137)	(371.934)
ICMS	(17.802)	(21.377)
CFURH (c)	(143.245)	(103.492)
Outras deduções da receita	(67.467)	(57.561)
	4.214.481	4.256.828

(a) Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. No exercício de 2019 entraram em operação as Unidades Geradoras 13 (UG13), 14 (UG14), 15 (UG15), 16 (UG16), 17 (UG17) e 18 (UG18), o que acarretou no aumento do faturamento no exercício (nota 5).

(b) A redução da receita com energia elétrica de curto prazo refere-se a preço de venda menor nos contratos de ACL e queda nas quantidades de energia remanescentes para liquidação no mercado de curto prazo em virtude do impacto da aplicação do GSF durante o exercício de 2019.

(c) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

22. Custos de venda de energia

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de compra de energia (a)	(44.388)	47.338
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (b)	(773.158)	(471.663)
Serviços de operação e manutenção	(76.063)	(82.300)
	(893.609)	(506.625)

(a) Em 2018, o saldo tornou-se credor devido ao estorno da provisão para compra de energia, no montante de R\$612.405, em contrapartida à exposição ao GSF, no montante de R\$565.067. Em 2019 houve compra de energia decorrente da exposição ao GSF no montante de R\$42.590 e provisão para compra no montante de R\$1.798.

(b) O aumento nos encargos de transmissão, conexão e distribuição está alinhado à entrada em operação das turbinas, o que demanda disponibilidade das linhas de transmissão.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. Custos de operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(4.466)	(3.565)
Administradores	(70)	(758)
Serviços de terceiros	(39.630)	(82.750)
Depreciação e amortização (a)	(1.117.242)	(707.696)
Seguros (b)	(362.518)	(346.723)
Penalidades contratuais regulatórias	-	(2.593)
(Provisão)/reversões (c)	25.269	(1.665)
Outros	(19.447)	(15.807)
	<u>(1.518.104)</u>	<u>(1.161.557)</u>

(a) Aumento devido a entrada em operação das UGs 13 a 18 no ano de 2019.

(b) Refere-se ao prêmio do seguro pelo repasse do risco hidrológico pago à CCEE.

(c) Substancialmente representado por: R\$3.841 de provisão para contas a receber (nota 5) e R\$29.110 decorrente de estorno da provisão por insuficiência de lastro na CCEE (nota 15).

24. (Despesas) receitas operacionais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(45.192)	(40.082)
Administradores	(6.260)	(4.928)
Materiais	(1.656)	(960)
Serviços de terceiros	(35.275)	(32.647)
Depreciação e amortização	(4.059)	(2.685)
Arrendamentos e aluguéis	(4.305)	(4.293)
Seguros	(1.496)	(974)
Passagens	(3.573)	(2.887)
Internet	(1.902)	(1.681)
Provisão	(11.776)	909
Outras receitas operacionais, líquidas (a)	168.384	-
Outros	(5.444)	(11.198)
	<u>47.446</u>	<u>(101.426)</u>

a) Referente, substancialmente, à reversão de provisão para perdas a adiantamento a fornecedores decorrente do contrato junto a IMPSA conforme descrito na nota 9 (c).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Juros sobre aplicações financeiras	34.593	36.958
Juros e variações monetárias (c)	9.638	96.913
Outras receitas financeiras	7.731	6.330
Receitas financeiras	51.962	140.201
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(2.203.254)	(2.287.275)
(-) Capitalização de juros de empréstimo (b)	550.693	1.156.811
Outras despesas financeiras (c)	(39.042)	(120.630)
Despesas financeiras	(1.691.603)	(1.251.094)
Resultado financeiro	(1.639.641)	(1.110.893)

(a) O valor dos juros é relacionado substancialmente aos encargos do financiamento (nota 16) e instrumento financeiro derivativo (nota 8);

(b) A capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos segue o contexto econômico, alinhado à evolução gradual de ativação das turbinas, conforme CPC 20 (R1) e IAS 23, que versa sobre a cessação da capitalização destes custos quando a entidade completa a construção de um ativo qualificável em partes e cada parte pode ser utilizada durante a construção das demais.

(c) Em 2018 foram reconhecidas as variações monetárias do instrumento financeiro derivativo (nota 8), quitado em 2019.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente e diferido é apurado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis, às alíquotas explicitadas na legislação vigente de 15%, adicionada de 10% sobre a base tributável que ultrapassar R\$ 240 anuais, já a contribuição social evidenciada no resultado da companhia é obtida com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%.

A Administração ajustou o saldo das contas de prejuízo fiscal e IRPJ diferido (ativo e passivo) pela alíquota efetiva de 6,25%, bem como começou utilizar essa alíquota para registrar novas movimentações dos tributos diferidos. Essa mudança decorre da utilização do benefício de redução de 75% do IRPJ (SUDAM – Lucro da Exploração), vigente até 2027.

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	210.573	210.573	1.376.327	1.376.327
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal – 34%	(52.643)	(18.952)	(344.082)	(123.869)
Efeitos tributários permanentes	(1.473)	(533)	(2.867)	(1.032)
Efeitos tributários temporários	39.607	19.489	177.370	128.096
Lucro da exploração	14.509	-	169.579	-
Prejuízo fiscal/Base Negativa	-	(4)	-	(3.195)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	-
Base do IRPJ e CSLL diferido	158.428	216.544	709.480	1.387.794
IRPJ e CSLL	(9.902)	(19.489)	(177.370)	(124.901)
Ajustes da alíquota efetiva	24.617	3.829	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.715	(15.660)	(177.370)	(124.901)
Total	(945)		(302.271)	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social – continuação

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	67.358	67.358	1.665	1.665
Provisão para perdas	-	-	187.742	187.742
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	20.895	20.895	9.087	9.119
Provisão PLR folha	3.986	3.986	-	-
Provisões para compra de energia elétrica	254.985	254.985	253.187	253.187
Diferenças temporárias	347.224	347.224	451.681	451.713
Alíquota	6,25%	9%	25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	21.701	31.250	112.920	40.654
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	460.745	496.280	460.745	496.239
Alíquota	6,25%	9%	25%	9%
IR e CS s/ Prejuízo fiscal e Base negativa	28.797	44.655	115.186	44.661
Total	126.413		313.421	

Movimentação do ativo fiscal diferido:

Saldo ativo em 31/12/2017	515.126
Constituição do exercício	3.184
Realização do exercício	(204.890)
Saldo ativo em 31/12/2018	313.421
Constituição do exercício	33.784
Ajuste dos saldos pela alíquota efetiva	(171.086)
Realização do exercício	(49.705)
Saldo ativo em 31/12/2019	126.413

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social – continuação

(c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Dedutibilidade antecipada juros	(636.191)	(1.413.869)	(657.954)	(1.371.797)
Provisão energia elétrica	(397.170)	(397.170)	(369.684)	(369.684)
Diferenças temporárias passivas	(1.033.361)	(1.811.039)	(1.027.638)	(1.741.481)
Alíquota	6,25%	9%	25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(64.585)	(162.994)	(256.910)	(156.733)
Total		(227.579)		(413.643)

Movimentação do passivo fiscal diferido:

Saldo passivo em 31/12/2018	<u>(413.643)</u>
Constituição do exercício	96.384
Realização do exercício	(101.929)
Ajuste pela alíquota efetiva	191.609
Saldo passivo em 31/12/2019	<u>(227.579)</u>

A composição do imposto diferido passivo líquido é apresentada da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo fiscal diferido	126.413	313.421
Passivo fiscal diferido	(227.579)	(413.643)
Imposto de renda diferido passivo, líquido	<u>(101.166)</u>	<u>(100.222)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativos) resultantes dos prejuízos fiscais e base negativa foram registrados com base na probabilidade de realização, por meio de lucros tributáveis futuros, oriundos das operações de venda de energia que teve início em 2016. Tal probabilidade baseou-se em plano de negócios, elaborado pela Administração, de forma que o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados no modelo iniciou-se em 2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (passivos) decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Imposto de renda e contribuição social – continuação

(d) Cronograma de realização do imposto diferido líquido

	Ativo	Passivo	Valor líquido
2020	16.217	(68.297)	(52.080)
2021	16.507	(6.341)	10.166
2022	16.020	(6.341)	9.679
2023	22.279	(6.341)	15.938
2024	24.574	(6.341)	18.233
2025-2026	30.816	(133.918)	(103.102)
	126.413	(227.579)	(101.166)

(e) Incentivos Fiscais:

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelece que terão direito à redução de 75% do IRPJ e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração as pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia prioritários para o desenvolvimento e estejam situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Por meio dos laudos constitutivos n.º 153/2017 e n.º 154/2017, a SUDAM aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto sobre renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de geração de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.212, de 26 de abril de 2002, para os seguintes empreendimentos:

UHE Belo Monte: Laudo Constitutivo n.º 153/2017 - Fruição do Incentivo: 2018 a 2027;

UHE Pimental: Laudo Constitutivo n.º 154/2017 – Fruição do Incentivo: 2017 a 2026.

Os pedidos de reconhecimento dos incentivos correspondentes aos Laudos Constitutivos mencionados foram protocolizados na Receita Federal do Brasil (RFB) em 20/02/2018. Em 12/09/2018, através do Despacho Decisório 0739/2018 - Diort/DRF-Brasília/DF, a Receita formalizou o deferimento do pedido de reconhecimento do incentivo de redução de imposto de renda correspondente ao Laudo Constitutivo da UHE Pimental.

No entanto, no tocante a UHE Belo Monte, em 20/06/2018, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Conforme artigo 3º §2 do Decreto 4.212/2002. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução, para o período de fruição do incentivo. Neste contexto, a Companhia iniciou, a partir do ano-calendário 2018, o aproveitamento do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, vigente pelo período de 10 anos, conforme indicado em laudo constitutivo, aproveitando a título de benefício fiscal, para este mesmo ano-calendário o total de R\$14.509.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa ao seu fluxo normal por qualquer um dos fatores de riscos abaixo:

(a) Riscos

A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico. Até dezembro de 2019, a Companhia efetuou o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$5.506 (R\$1.664 em 31/12/2018) decorrente da estimativa de perdas esperadas dos recebíveis, com base no coeficiente de inadimplência obtido pela média histórica ponderada pelo faturamento médio do período de 2016 a dezembro de 2019. (nota 5).

(ii) Risco de mercado

As receitas de energia obtidas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e de Autoprodutores de Energia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como seus contratos de venda de energia são pactuados no ACR e APE conforme citado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas. Além disso, a Companhia obtém receitas de venda de energia no mercado de curto prazo, onde os preços são definidos em leilão com contratos bilaterais ou por meio de liquidação a preço de mercado junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

(a) Riscos - continuação

(ii) Risco de mercado - continuação

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TLP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Além disso, a Companhia concluiu a sua 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais, em série única da espécie quirografária, sem previsão de resgate antecipado facultativo. O prazo de vigência das notas promissórias é de 5 meses, contados da data de emissão, sendo o vencimento em 23 de fevereiro de 2020, com a remuneração à taxa de CDI + 1,95% ao ano.

Existia ainda a exposição à variação cambial, a qual a Companhia mantinha um contrato de empréstimo de capital de giro junto ao banco ABC Brasil, o qual foi liquidado em janeiro de 2019, com isso encerrando a exposição à taxa cambial.

(iii) Risco de liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos utilizada foram os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias. Os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia, com vencimento superior a 90 dias, são de elevada liquidez e negociados diariamente no mercado.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.309.499 e ainda despenderá quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da construção da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

(a) Riscos - continuação

(iv) Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é proveniente da produção por usina hidrelétrica, a qual depende de reservatório. Caso haja períodos prolongados de escassez de chuva resultando em redução do volume de água do reservatório da usina, a Companhia incorrerá em custos maiores para aquisição de energia de outras fontes, como a térmica, por exemplo. Além disso, pode haver redução de receita.

Com vistas a mitigar esse risco a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015, por meio do produto de repactuação SPR 100 que protege os 70% de sua energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada. O risco hidrológico, constituído pela insuficiência de geração do MRE, passou a ser transferido aos consumidores a partir de janeiro de 2018 até o final do período de concessão, no montante de 10% do preço da energia nos contratos regulados. O risco possui como contrapartida o pagamento de prêmio, consubstanciado em uma fórmula que leva em consideração o montante da energia repactuada, o produto de repactuação que confere proteção ao risco hidrológico é da classe SPR. A Norte Energia transfere ao consumidor a energia secundária e o risco de redução da garantia física. A Companhia não suportará risco de insuficiência de geração.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os Acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

(c) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IFRS 7 são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

				31/12/2019
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	194.147	-	-	194.147
Aplicações financeiras	-	30	-	30
	194.147	30	-	194.177
				31/12/2018
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	85.993	-	-	85.993
Aplicações financeiras	-	6.189	-	6.189
Instrumentos derivativos	-	-	19.911	19.911
	85.993	6.189	19.911	112.093

(d) Instrumentos financeiros por categoria

	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2019
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	194.147	194.147
Aplicações financeiras	-	30	30
Contas a receber	638.593	-	638.593
Passivos financeiros			
Fornecedores	620.052	-	620.052
Empréstimos e financiamentos	28.078.871	-	28.078.871
Adiantamento de clientes	183.336	-	183.336
Partes relacionadas	28.772	-	28.772
Arrendamentos	3.351	-	3.351

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Instrumentos financeiros – continuação

(d) Instrumentos financeiros por categoria - Continuação

Ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	-	85.993	85.993
Aplicações financeiras	-	6.189	6.189
Contas a receber	570.959	-	570.959
Passivos financeiros			
Fornecedores	491.815	-	491.815
Empréstimos e financiamentos	27.950.218	-	27.950.218
Partes relacionadas	13.712	-	13.712

28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O endividamento total da Companhia está subdividido em três linhas de crédito junto ao BNDES: BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI. Além disso, também existem duas notas promissórias comerciais e, até janeiro de 2019 uma linha junto ao banco ABC Brasil.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Longo Prazo ("TLP"). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano. E a linha do banco ABC Brasil está indexada à variação do dólar e à taxa de 3,77% a.a.

(em milhões de reais)

	31/12/2019	%	31/12/2018	%
BNDES Direto	12.060	43,0%	12.057	43,2%
BNDES Indireto	11.588	41,3%	11.572	41,4%
BNDES PSI	4.124	14,7%	4.201	15,0%
ABC K-Giro	-	0,0%	120	0,4%
Notas Promissórias	307	1,1%	-	0,0%
	28.079		27.950	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – continuação

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TLP, índice de reajuste dos contratos de financiamento junto ao BNDES. Contudo, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 5,5% a.a., linha FINAME – PSI.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Instrução CVM nº 475/08 da CVM exige a apresentação de dois cenários específicos, sendo que tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com o BNDES na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (TLP). Com base nos valores da TLP vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deteriorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019.

A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pós-fixado)		23.648.757	23.648.757	23.648.757
Taxa sujeita à variação	TLP + Spread	5,57% + 2,46%	6,96% + 2,46%	8,36% + 2,46%
Despesa Financeira Projetada		1.898.995	2.228.304	2.557.613
Variação - R\$		-	329.309	658.618

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pré-fixado)		4.123.509	4.123.509	4.123.509
Taxa sujeita à variação	Pré	5,50%	5,50%	5,50%
Despesa Financeira Projetada		226.793	226.793	226.793
Variação - R\$		-	-	-

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	TLP+ Spread(a)+ Pré	27.772.266	27.772.266	27.772.266
Despesa Financeira Projetada		2.125.788	2.455.097	2.784.406
Variação - R\$		-	329.309	658.618

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – continuação

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento – Notas Promissórias (pós-fixado)		306.606	306.606	306.606
Taxa sujeita à variação	CDI + Spread	4,40% + 1,95%	5,50% + 1,95%	6,60% + 1,95%
Despesa Financeira Projetada		3.245	3.807	4.369
Variação - R\$		-	562	1.124

Em 2018, a Companhia também mantinha um passivo financeiro em moeda estrangeira com taxa pré-fixada de 3,77% mais variação cambial. Com intuito de mitigar a variação cambial, a Companhia fez um contrato de SWAP em 2018, passivo em 10,30% e ativo em variação cambial mais 5,18%, o qual foi liquidado em janeiro de 2019.

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, sendo definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deteriorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações		194.079	194.079	194.079
Taxa sujeita à variação	CDI	4,40%	3,30%	2,20%
Receita Financeira Projetada		8.539	6.405	4.270
Variação - R\$		-	(2.136)	(4.269)

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora dos seguintes seguros:

- (a) Riscos operacionais e lucros cessantes - BI;
- (b) Responsabilidade civil de terceiros, de funcionários próprios;
- (c) Responsabilidade civil de administradores;
- (d) Frota de veículos; e
- (e) Garantia de fiel cumprimento de contrato de concessão

Composição:

Seguradora	Risco	Cobertura	Prêmio	Amortização		Vigência
				Mensal		
Mapfre (a)	Operacionais e Lucros Cessantes	22.863.000	44.193	3.683	12/19 a 12/20	
Chubb (b)	Resp. Civil (Operações)	150.000	1.194	69	12/19 a 12/20	
AIG / BERKLEY (c)	Resp. Civil (D&O)	200.000	1.151	87	02/19 a 02/20	
Sura (d)	Veículos	1.000	8	1	03/19 a 03/20	
Junto (e)	Garantia (Concessão)	156.900	1.298	108	04/19 a 03/20	

O Contrato de Concessão de Energia Elétrica nº 01/2010/MME/UHE Belo Monte estabelece na sua cláusula Sétima, subcláusula Décima Terceira, a obrigação de entrega de seguro garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas, conforme o Edital de Leilão nº 06/2009, até a assinatura deste contrato, no valor de R\$ 1.045.996, podendo ser substituída por novas garantias de valor progressivamente menor. Essa redução é possível à medida que, de acordo com a fiscalização da ANEEL, a Companhia atingir determinados marcos físicos descritos no contrato de concessão.

Em 2019 a Companhia reduziu a importância segurada para R\$ 156 milhões à medida em que atingiu o 5º marco físico e prorrogou a apólice que terá vigência até 10/03/2020, refletindo o novo cronograma do projeto (10/12/2019) e o contrato de concessão que estabelece que a apólice de fiel cumprimento vigorará até três meses após o início da operação comercial da última Unidade Geradora.

Em dezembro/2019, a Companhia contratou a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., líder do Painel de Seguros, a qual emitiu o certificado de seguro Patrimonial da UHE Belo Monte, contendo as coberturas acima relacionadas, bem como apólice patrimonial com vigência de 10 de dezembro de 2019 a 10 de dezembro de 2020.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Cobertura de seguros - continuação

O valor total em risco atualizado para a apólice Patrimonial de Riscos Operacionais e Lucros Cessantes é de aproximadamente R\$ 22,863 bilhões com limite máximo de indenização por cobertura nos seguintes montantes:

- Cobertura para Riscos Operacionais: R\$ 2 bilhões;
- Cobertura para Lucros Cessantes: R\$ 538 milhões
- Cobertura para Responsabilidade Civil Operações: R\$ 150 milhões;

O limite máximo de indenização agregado para sinistro envolvendo mais de uma seção é de R\$ 2,538 bilhões.

Quanto a resseguro, vale destacar que todas as resseguradoras estão entre as líderes de cada um de seus mercados e todas possuem rating mínimo de “A”, tendo como líderes do Painel de Resseguro o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil e a Munich Re, líderes no Brasil e mundial, respectivamente, no ramo de Riscos de Engenharia.

A Companhia também contratou junto à CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. 2 apólices de seguros com cobertura para reclamações de terceiros e funcionários da Companhia decorrentes da Responsabilidade Civil de Operações da UHE Belo Monte por danos materiais, corporais e morais, com Limite Máximo de Indenização de R\$ 50 milhões na primeira apólice e outra de R\$ 100 milhões em excesso a primeira, ambas com vigência de 10 de dezembro de 2019 a 10 de dezembro de 2020, estas vieram para substituir a apólice anterior pela seguradora HDI SEGUROS S.A. com vigência encerrada em 10 de dezembro de 2019.

Desde 2011 a Companhia conta com seguro de responsabilidade civil para os seus administradores (D&O). Atualmente, a Companhia contratou a AIG SEGUROS BRASIL S.A e a BERKLEY INTERNACIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A duas apólices (com Limite Máximo Garantido de R\$ 100 milhões e outros R\$ 100 milhões em excesso ao primeiro risco da AIG R\$ 100 milhões) que de forma agregada cobrem um Limite Máximo de Garantido de R\$ 200 milhões, com vigência de 02 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Compromissos

Compromissos firmados:

Os valores abaixo referem-se aos principais contratos da Companhia ligados diretamente à construção da Usina e estão demonstrados por valores originais contratados, atualizações e reajustes (posição em 31 de dezembro de 2019).

	Valor do contrato	Valores incorridos	Saldo dos contratos
Construção (CCBM e outros) (a)	20.411.252	20.296.300	114.952
Fornecimento (Consórcio ELM e outros) (b)	5.983.514	5.962.320	21.194
Montagem (CMBM e outros) (c)	1.976.008	1.962.984	13.024
Serviços de operação e Manutenção (d)	2.940.742	338.311	2.602.431
Seguros	54.546	7.996	46.550
	31.366.062	28.567.911	2.798.151

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha contratos de construção no valor de R\$19.784.036 com o Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM, responsável pela construção da Usina. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base maio de 2010.

Os contratos de fornecimento de Cimento, Pozolana e Aço foram finalizados em novembro de 2019, restando pendente somente o Contrato do CCBM vigente, com saldo a pagar.

Em 01 de fevereiro de 2019, foi assinado o 5º termo aditivo com o CCBM, transferindo algumas obrigações do CCBM para a Norte Energia e aditando o prazo contratual.

(b) Em junho de 2010, foi assinado o contrato com o Consórcio ELM para o fornecimento de equipamentos eletromecânicos para a UHE Belo Monte e UHE Pimental no valor total básico de R\$ 4.380.249 (P0), durante o período houve assinatura de aditivo contratual com o referido consórcio em substituição ao consórcio IMPSA, já incluso no valor total.

Em 25 de março de 2019, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato DFM-F-001/2011 – Consórcio ELM, alterando o valor de R\$ 4.380.249 (P0) para R\$ 4.429.185 (P0), referente a extensão dos prazos de serviços de supervisão de montagem e de comissionamento.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Compromissos – continuação

- (c) Em fevereiro de 2014 a Companhia detinha contratos de montagem no valor base de R\$ 1.260.603 (P0) sendo R\$ 1.038.843 (P0) com o Consórcio Montador de Belo Monte – CMBM, responsável pela montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da UHE Belo Monte.

Em 2015 foi assinado o 1º Aditivo promovendo a substituição dos Anexos 3 e 16 e a regularização dos Termos de Reconhecimento e Confissão de Dívida. Em 2016 foi assinado o 2º Aditivo alterando o valor do Contrato em função da extinção do benefício fiscal do REIDI, passando seu valor de R\$ 1.038.843 para R\$ 1.106.739 – base abril/2013. A Companhia ajuizou ação com o intuito de obter provimento judicial para delimitação da sua responsabilidade em relação ao CMBM, por prejuízos financeiros supostamente verificados na execução do contrato de prestação de serviços, firmado em 2014.

Em 2017, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$52.961 a título de cumprimento de liminar referente a apelação contra sentença que extinguiu a ação declaratória, com pedido de tutela provisória, sem resolução de mérito. Foi assinada a Escritura Pública de Acordo relativa ao débito para com o CMBM no valor de R\$ 54.855, definindo os prazos para sua liquidação em 2 parcelas de R\$ 27.427. Também foi assinado o Memorando de Entendimentos (MDE) visando a rescisão amigável do contrato contendo os procedimentos para substituição progressiva por outro contratado. Algumas controvérsias, porém, foram ressalvadas como passíveis de serem discutidas no âmbito de Arbitragem, nos termos da Cláusula 5ª do MDE.

Em 23 de maio de 2017 foi requerido pelo CMBM a instituição de Procedimento Arbitral na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), por meio do qual solicita o pagamento de R\$640,2 milhões por desequilíbrio-econômico financeiro do Contrato para a Montagem Eletromecânica dos equipamentos e sistemas da UHE Belo Monte. A NESAs, em resposta ao requerimento de arbitragem, apresentou em 06 de setembro de 2017 a sua resposta com pedido contraposto (Reconvenção), cujo valor atinge cerca de R\$ 500,5 milhões. Cada parte apresentou as suas alegações iniciais em 02 de abril de 2018.

Em 06 de agosto de 2018, as partes especificaram as provas que pretendem produzir com os respectivos prazos para cada prova (laudos técnicos, pareceres jurídicos e demais documentos) e apresentaram o rol das testemunhas que desejam ouvir na audiência prevista para 2019. Em 01 de outubro de 2018, o CMBM apresentou novos pedidos com valor adicional de cerca de R\$ 21,8 milhões decorrente de divergência no preço de venda dos equipamentos do montador e seus reflexos dentre outros, elevando o valor de seus pleitos para R\$ 640,2 milhões.

Em 2019, após diversas etapas do processo de arbitragem e oitivas de testemunhas, onde cada parte apresentou documentos relativos às alegações e solicitações de perícias. Em 20/09/2019 as Partes encaminharam conjuntamente ao Tribunal Arbitral a versão revisada da estenotipia da audiência e na mesma data a NESAs apresentou parecer técnico elaborado por profissional especializado e laudo de perícia de constatação dos equipamentos adquiridos pela NESAs durante a transição do montador. O processo ainda está em andamento e a Câmara de Arbitragem ainda divulgará a decisão em momento oportuno.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Compromissos – continuação

(d) Em 29 de outubro de 2015, foi assinado o contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”) para prestação do serviço de operação e manutenção da usina no valor base de R\$ 1.880.863 (P0).

Venda de energia contratada:

Os valores abaixo referem-se aos contratos de venda de energia (70% no mercado regulado e 10% para os autoprodutores) da Companhia na data base das contratações.

	Quantidade MWh	Valor
2020	32.121	4.497.598
2021	32.033	4.641.136
2022	32.033	4.807.974
2023	32.033	4.971.578
a partir de 2024	672.704	148.871.022
	800.927	167.789.308

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

a) Antecedentes

A partir de 2009, as autoridades federais brasileiras iniciaram uma investigação chamada "Lava Jato", destinada a organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A operação Lava Jato evoluiu significativamente e envolve inúmeras investigações sobre várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. A partir de 2014, o Ministério Público Federal focou parte da investigação em irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema pagamentos indevidos.

No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos em SPE's - Entidades de Propósito Específico da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, entre essas SPE's a Norte Energia S.A - UHE Belo Monte. Essa investigação ainda está em curso por parte do Ministério Público Federal.

Como resposta às alegações de possíveis atividades ilegais que apareceram nos meios de comunicação em 2015 relativas a empresas que prestavam serviços para SPE's da Eletrobras, mesmo não sendo demandado por qualquer entidade reguladora a fazê-lo, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações da "U.S. Foreign Corruption Practice Act" (FCPA), a Lei Anticorrupção brasileira e código de ética da Eletrobras incluindo a Norte Energia no escopo de análise da "Investigação Independente".

Essa investigação independente estava sujeita à supervisão de uma comissão que foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015. A comissão foi composta por Dra. Ellen Gracie Northfleet, juíza aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

b) Resumo das conclusões da Investigação Independente

O relatório final da Investigação Independente considerou o conteúdo de delações premiadas e concluiu que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém sobrepreço estimado em 1%, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais subornos e atividades de manipulação de propostas, consideradas de natureza ilícita, com impacto nas Demonstrações financeiras da Norte Energia.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – continuação

Os impactos e conclusões do inquérito sobre as Demonstrações financeiras, tomadas a partir dos relatórios finais da Investigação Independente são apresentados a seguir no item "impactos sobre as Demonstrações financeiras".

c) Impactos sobre as Demonstrações financeiras

Para avaliar os impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas Demonstrações financeiras da Norte Energia, a Administração levou em consideração as conclusões e resultados identificados pela Investigação Independente, conforme manifestação e encaminhamento para Conselho Fiscal e AGE e autorização para conclusão das Demonstrações financeiras de 2015.

A Norte Energia entende que, de acordo com norma internacional de contabilidade IAS 16 - Ativo e Equipamentos, os montantes atribuíveis ao eventual superfaturamento devido a subornos e/ ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de seus ativos, partindo da premissa que não são custos atribuíveis aos ativos da Companhia.

Dessa forma, em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 do custo do empreendimento, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

Os ajustes decorrentes da investigação mencionada acima foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a Operação Buona Fortuna, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

A Companhia entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos adicionais de investigação interna independente aos que já foram efetuados.

* * *